



O Hospital Mário Leal esteve ameaçado, porém, após protestos, seu funcionamento segue garantido

Hospitais em crise na Bahia

Ameaça de fechamento ou a redução da capacidade de atendimento de hospitais históricos para a Bahia, como Octávio Mangabeira, Martagão Gesteira, Mário Leal e Juliano Moreira, dois deles de fundamental importância para os pacientes de Saúde Mental, vem preocupando os baianos. Inúmeras denúncias feitas por profissionais de Saúde sobre as precárias condições de atendimento e a possibilidade de extinção dos hospitais demandaram grande esforço por parte do Sindicato dos Médicos da Bahia (Sindimed), do Sindi-

cato dos Trabalhadores em Saúde do Estado da Bahia (Sindsaúde), da categoria médica, dos funcionários, da sociedade e das associações de especialidades e das famílias dos pacientes, na tentativa de manter as portas das unidades abertas.

Uma nota publicada em junho, pela Secretaria de Saúde (Sesab), afirmou que o fechamento dos hospitais Octávio Mangabeira, Mário Leal e Juliano Moreira não ocorrerá. De acordo com a Sesab, o que tem sido feito, em relação ao atendimento psiquiátrico, é a adoção de “novas formas de cuidado

Atendimentos especializados em Saúde Mental são os mais prejudicados

às pessoas em situação de sofrimento ou transtorno mental”, e em relação ao Octávio Mangabeira (especializado em pneumologia) “existe um amplo projeto de reforma e requalificação, em fase de discussão, conduzido, inclusive, com a participação da Sociedade de Pneumologia”.

Porém, o que se tem visto são bloqueio de leitos, fechamento de centro cirúrgico e remanejamento de pacien-



tes, ações estas respaldadas em obras e reestruturações de infraestrutura dos locais, que ainda não tiveram início.

OCTÁVIO MANGABEIRA

Em julho, após ser informado por profissionais do Hospital Especializado Octávio Mangabeira sobre a falta de medicações e bloqueio de leitos, por condições inadequadas de atendimento, o presidente do Sindimed, Francisco Magalhães, fez uma visita à instituição. Após algumas semanas, a situação mostrou algum sinal de melhora com o aporte de recursos que permitiu abrir parte dos leitos, porém não o suficiente para tornar a instituição mais adequada à demanda.

A direção do hospital não estava no

momento da visita. Segundo os médicos, o hospital tem passado por momentos difíceis nos últimos anos. Francisco Magalhães foi informado, também, sobre a mobilização dos funcionários para se manter o perfil do hospital, direcionado para as doenças pulmonares crônicas, e contra a tentativa de privatização da unidade.

O Sindimed se colocou a disposição dos trabalhadores e se mantém vigilante para eventuais manobras do governo do Estado no sentido de entregar o patrimônio público. As entidades, os servidores e os usuários são contra o projeto anunciado pela Superintendência de Atenção Integral à Saúde (SAIS) do Estado e pelo secretário de Saúde do Estado, Fábio Vilas Boas, que propõe a privatização da unidade e a implantação de gestão via Organização Social.

No mesmo mês, o secretário de Saúde deu entrevista à Rádio Metrôpole, sinalizando o fechamento do centro cirúrgico do Octávio Mangabeira, por falta de condições estruturais. “O centro cirúrgico vinha produzindo um volume de cirurgias muito pequeno. Optamos por fechar e iniciar a reforma. Vamos tratar o Octávio e o Ernesto [Simões], que fica do lado, como se fossem um complexo hospitalar, otimizando os recursos”, afirmou o secretário.

De acordo com o médico Sérgio Ta-deu Pereira, cirurgião no hospital há 28 anos, o centro foi reaberto aproximadamente três semanas após o anúncio do fechamento, porque a ideia inicial de transferir os procedimentos para outros hospitais não teve êxito, por falta de vagas. Segundo o médico, a Sesab forne-

ceu condições mínimas para a retomada, como a compra de insumos básicos, mas não o suficiente para mudar o quadro de precariedade, que permanece.

A informação, divulgada pelo secretário, de que estariam sendo realizadas poucas cirurgias, o que justificaria o fechamento do centro, foi questionada por Pereira. Para o médico, o volume de cirurgias é compatível com o número de profissionais contratados. “Nós contamos apenas com uma equipe por dia, ainda sim, por ano, o Octávio Mangabeira realiza uma média de 1.200 a 1.400 procedimentos, sendo 15% de grande porte, 60% de pequeno e o restante de médio porte”, afirmou.

Para ele, o ideal seria ampliar a equipe e modernizar tanto o centro cirúrgico, adequando-o às normas padrões atuais, como todo o hospital, incluindo a Unidade de Terapia Intensiva (UTI), que precisa de ampliação. “Nós contamos com apenas um elevador para tudo: transportar alimento, lixo hospitalar, pacientes que foram à óbito por doença infectocontagiosa, pacientes saudáveis, profissionais de Saúde e acompanhantes”. Outra sugestão do médico é a reestruturação dos cargos, que segundo ele, são muitos funcionários acumulando funções.

Um projeto voltado para a modernização do centro cirúrgico foi encomendado pela direção do hospital há cinco anos e entregue à Sesab. Chegou a ser orçado, porém não foi posto em prática.

O atendimento clínico também passa por dificuldades. De acordo com informações do corpo clínico, além da



O Hospital Octávio Mangabeira é o único na Bahia especializado em pneumologia, pelo SUS

falta de medicamentos, que dificulta o atendimento aos pacientes, existe a escassez de material de escritório. Outra preocupação são as longas filas formadas pela população em busca de vaga para exame de tomografia computadorizada, serviço amplamente divulgado pela direção do hospital, porém sem estrutura adequada para atender a grande procura.

MARTAGÃO GESTEIRA

As primeiras matérias publicadas no site do Sindimed sobre os problemas financeiros vividos pelo Hospital Martagão Gesteira datam de 2011, quando o sindicato denunciou a dívida da prefeitura com a instituição, que vinha se acumulando desde agosto de 2010 e já ultrapassava dois milhões de reais. Hoje, a situação não é muito diferente. No dia 19 de julho deste ano, a equi-

pe do hospital foi recebida pelo ministro da Saúde interino, Ricardo Barros, com o objetivo de explicar a situação econômico-financeira da instituição, com foco no reequilíbrio dos contratos.

Durante a reunião, o superintendente da empresa mantenedora atual do hospital, a Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, Antonio Santos Novaes Junior, explicou que os contratos e o plano operativo do hospital encontram-se desatualizados, sem reajustes há mais de cinco anos, o que tem gerado mensalmente, segundo ele, um déficit de R\$ 500 mil. O ministro interino encaminhou o pleito para a equipe técnica do Ministério da Saúde, que se comprometeu a estudar uma possível solução. O pedido do Martagão foi endossado pelas Secretarias Municipal e Estadual de Saúde, que emitiram uma carta de referência, ressaltando

a importância da instituição e o cumprimento de ações que garantam seu funcionamento.

TRATAMENTOS SUSPENSOS

O Martagão, localizado no Tororó, em Salvador, foi fundado há 52 anos. Possui 180 leitos, sendo 20 de UTI. Tem cerca de 200 médicos e sobrevive com 98% dos repasses do Sistema Único de Saúde (SUS) e 2% de doações.

Devido as dívidas com fornecedores e os atrasos salariais dos médicos, que, ao todo, somam mais de R\$ 25 milhões, foi protocolado no Ministério Público da Bahia um documento que determinou o dia 12 de agosto de 2016 como data-limite para interrupção dos procedimentos voltados para a área de oncologia para novos pacientes e a assistência aos portadores de fissuras lábio palatinas. A partir desta data, o hospi-

tal, que sempre foi referência no tratamento de câncer infantil, passou a não oferecer mais este tipo de atendimento.

Porém, após audiência com a prefeitura, intermediada pelo MP, que resultou no reajuste do contrato com a SMS, passando para R\$ 230 mil a contribuição final, os procedimentos em oncologia e tratamento de fissuras lábio palatinas voltaram a ser feitos. Segundo a diretoria da Liga Álvaro Bahia, é preciso ainda definir a continuidade do repasse de recursos.

Os serviços de cardiologia pediátrica, neurocirurgia e cirurgia de urgência também estiveram suspensos na unidade. Só após reajuste contratual, realizado em julho, com o governo do Estado, adicionando ao repasse mensal R\$ 135,5 mil, os tratamentos foram garantidos.

A presidente da Sociedade Baiana de Pediatra (Sobape), Dolores Fernan-

dez, em entrevista à imprensa, lamentou a suspensão, ainda que momentânea, da prestação de serviços e teme que se concretize o que muitos temem: a desmobilização de outros serviços.

O presidente do Sindimed, Francisco Magalhães, lamenta que o poder público não tenha feito nada de efetivo e lembrou que, em outros momentos, o Sindimed também se mobilizou em defesa da instituição.

Os interessados em fazer doações podem acessar o site www.martagao-gesteira.org.br para efetivar inscrição como doador. Outras informações pelo telefone (71) 3032-3773.

MÁRIO LEAL

A diretoria do Sindimed participou, em junho, de uma reunião no Hospital Mário Leal, com representantes da Sesab, Conselho de Saúde do Municí-

pio, pacientes e familiares, equipe médica, funcionários, SindSaúde, Associação Psiquiátrica da Bahia (APB), Ordem dos Médicos do Brasil (OMB), entre outras entidades, para tratar sobre o possível fechamento do hospital, anunciado em maio pela Superintendência de Recursos Humanos da Sesab.

De acordo com Sandra Peu, psiquiatra que trabalha no Mário Leal e que esteve presente na reunião, uma comissão foi criada para analisar o projeto de desativação da unidade elaborado pela Sesab, “já que não existe uma coordenação de Saúde Mental no Estado, que poderia dar um parecer técnico”, afirmou a médica.

Ainda de acordo com a psiquiatra, o anúncio do fechamento causou grande impacto entre a diretoria e os funcionários, bem como nos pacientes e seus familiares, já que nunca houve, por par-

Em 2011, o Sindimed doou ao Hospital Martagão Gesteira mais de 1.600 latas de leite, adquiridas durante as inscrições da III Corrida Para Saúde. Na foto, o ex-presidente José Caires



te da Sesab, a iniciativa de diálogo para tratar sobre o assunto. Para a médica, o fechamento do Mário Leal poderia trazer sérios danos à saúde da população que precisa do serviço de emergência oferecido pelo hospital, uma referência no Estado. “Pacientes em surto, usuários do SUS não terão para onde recorrer.”

Segundo informações da diretora do hospital, Inah Bispo, caso a unidade venha a fechar as portas, seis mil pacientes do ambulatório ficariam desassistidos, 5.300 deixariam de receber medicamentos de alto custo, além da suspensão de duas mil consultas que são realizadas por mês no hospital.

Porém, para a presidente da APB, Miriam Gorender, a ameaça de fechamento do Mário Leal está cada vez mais distante. Segundo a médica, isso se deve ao intenso protesto que a associação, o Sindimed, os funcionários e as famílias dos pacientes vêm realizando. “Fizemos um abaixo-assinado com, aproximadamente, três mil assinaturas contra o fechamento”, ressaltou.

No dia 5 de julho, um debate foi realizado no Ministério Público (MP) para discutir a situação do hospital. A reunião foi presidida pela coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAODH), a promotora de Justiça Márcia Teixeira. “A partir desse encontro, duas resoluções muito importantes foram criadas: A declaração em ata da reunião de representante da Sesab, afirmando que o órgão não tem a intenção de fechar o hospital, e a formação de um grupo de trabalho para discutir a situação da Saúde Mental na Bahia”, informou Gorender.

Apagão do atendimento psiquiátrico

Além do Hospital Mário Leal, o Juliana Moreira também foi citado entre os hospitais psiquiátricos sob ataque. O vereador Euvaldo Jorge (PPS) apresentou, em junho, à Mesa Diretora da Câmara, um requerimento através do qual o secretário estadual de saúde é convidado a prestar esclarecimentos sobre os rumores de fechamento do hospital.

As dificuldades enfrentadas pela Saúde Mental na Bahia, com falta de leitos e medicamentos, é parte de uma crise nacional, intitulada pelos psiquiatras como apagão do atendimento psiquiátrico. A

Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) divulgou, em 2014, uma nota pública no Dia Mundial da Saúde, declarando luto pela saúde pública do Brasil. Na nota, a associação afirma que o “apagão” se deu após a Reforma Psiquiátrica - Lei nº 10.216, de 2001 -, que redirecionou o modelo assistencial em Saúde Mental no Brasil. Segundo a associação, após esta lei, 170 mil leitos foram fechados pelo Ministério da Saúde.

A presidente da associação na Bahia, Miriam Gorender, compactua com esta ideia. Para ela, o que houve, na verdade, foi o mal uso da lei. “O apagão do atendimento psiquiátrico no país é resultado do uso indevido da lei, por parte do Ministério da Saúde que, passou a aplicar a Lei nº 10.216 de 2001, ignorando modificações importantes e aperfeiçoamentos no texto normativo que tem origem no Projeto de Lei apresentado na década de 1980 pelo deputado Paulo Delgado (PT)”, afirmou.

O PL, na sua essência, propunha a extinção progressiva dos manicômios do país, porém após 12 anos de tramitação e debates no Congresso Nacional, a Lei nº 10.216 é sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. No entanto, a aprovação é de um substitutivo do PL original, que não institui mecanismos claros para a progressiva extinção dos manicômios.



Miriam Gorender, presidente da associação na Bahia

O Sindicato dos Médicos da Bahia tem uma sede aberta 24 horas, à sua disposição:

www.sindimed-ba.org.br

Notícias, informações, convênios, canal de denúncia e muito mais. Acesse agora, clique, participe!